

IMIGRAÇÃO UCRANIANA EM PORTUGAL E NO SUL DA EUROPA:

A EMERGÊNCIA DE UMA OU VÁRIAS COMUNIDADES?

ORGANIZADO POR
MARIA IOANNIS BAGANHA
JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

**IMIGRAÇÃO
UCRANIANA EM
PORTUGAL
E NO SUL
DA EUROPA:**

**A EMERGÊNCIA DE UMA
OU VÁRIAS COMUNIDADES?**

**ORGANIZADO POR
MARIA IOANNIS BAGANHA
JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS**



Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Imigração ucraniana : a emergência de uma ou várias comunidades?
org. Maria Baganha, José Carlos Marques, Pedro Góis. - (Comunidades; 3)
ISBN 978-989-8000-96-5

I – BAGANHA, Maria Ioannis Benis,
II – MARQUES, José Carlos
III – GÓIS, Pedro

CDU 314
316

Promotor

Observatório da Imigração
www.oi.acidi.gov.pt

Coordenador do OI

Roberto Carneiro

Organização

Maria Ioannis Baganha
José Carlos Marques
Pedro Góis

Autores

José Carlos Marques, Pedro Góis, Maria Paula Oliveira, Maria Manuela Mendes, Barbara Dietz, Renata Hosnedlová,
Mikolaj Stanek, Lena Näre

Edição

Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa
Telefone: (00351) 21 810 61 00 • Fax: (00351) 21 810 61 17 • E-Mail: acidi@acidi.gov.pt

Execução Gráfica

PROS – Promoções e Serviços Publicitários, Lda.

Primeira Edição

750 Exemplares

ISBN

978-989-8000-96-5

Depósito Legal

319964/10

Lisboa, Janeiro 2010

ÍNDICE GERAL

Prefácio <i>Roberto Carneiro</i>	9
Tributo a Maria Ioannis Baganha <i>José Carlos Marques e Pedro Góis</i>	11
Introdução Novos fluxos de imigração em Portugal: o novo posicionamento de Portugal no sistema migratório europeu <i>Pedro Góis e José Carlos Marques</i>	13
PARTE I - Quando os extremos se tocam: imigrantes ucranianos em Portugal <i>José Carlos Marques e Pedro Góis</i>	25
I. Do Leste ao Oeste: novos fluxos migratórios em Portugal	26
II. Novos fluxos imigratórios - Imigrantes da Europa de Leste em Portugal: Resultados do inquérito de 2002	31
III. Os imigrantes do Leste em Portugal. Resultados do inquérito de 2004	81
PARTE II – Os ucranianos na Europa do Sul	119
IV. Os ucranianos no concelho de Leiria - Percursos migratórios e integração social <i>Maria Paula Oliveira</i>	121
V. Representações e estereótipos face à maioria <i>Maria Manuela Mendes</i>	145
VI. Migration from Ukraine: A challenge for the European Union? <i>Barbara Dietz</i>	187
VII. Ukrainian migration to Spain: sociodemographic profile, mobility patterns and migratory projects <i>Renáta Hosnedlová e Mikolaj Stanek</i>	211
VIII. Ukrainian migration to Italy: Lone female breadwinners as ‘skilled’ workers in ‘low’-skilled occupations <i>Lena Näre</i>	231

INTRODUÇÃO

NOVOS FLUXOS DE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: O NOVO POSICIONAMENTO DE PORTUGAL NO SISTEMA MIGRATÓRIO EUROPEU

PEDRO GÓIS

*Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
Centro de Estudos Sociais*

JOSÉ CARLOS MARQUES

*Instituto Politécnico de Leiria
Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s)
Centro de Estudos Sociais*

No contexto das migrações internacionais a Ucrânia tornou-se nos últimos anos um importante país de origem de emigrantes. Tal fica a dever-se, por um lado, à frágil situação económica do país e, por outro, à necessidade de forças de trabalho por parte de diversos países de destino. Num espaço de tempo relativamente curto, os migrantes ucranianos tornaram-se um grupo nacional importante em alguns países da União Europeia (por exemplo, em Itália e na Espanha, cf. os artigos relativos a estes dois países incluídos na presente publicação).

Portugal é, como os restantes países do Sul da Europa, um país de imigração recente. De facto, o número de estrangeiros a residir em território nacional era, em 1981, de apenas 54.414; ou seja 0,6 por cento do total da população residente. Apesar do crescimento da população estrangeira ser constante durante os anos 80 e 90, em 2000 o número de estrangeiros com residência legal era ainda e apenas de 208.198 pessoas, ou seja aproximadamente 2 por cento da população do país (Baganha e Marques, 2001; SEF, 2000).

Na viragem para o século XXI, a imigração de países terceiros para Portugal era maioritariamente (76% em 1999 e 77% em 2000) constituída por imigrantes de países lusófonos, isto é, das ex-colónias portuguesas em África¹ e do Brasil. A percentagem restante encontrava-se dispersa por mais de cem nacionalidades, nenhuma das quais apresentava valores numéricos muito significativos (SEF, 1999; SEF, 2000).

Em suma, a presença de imigrantes em Portugal era, até 2000, relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podiam atribuir-se directamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais bem como às nossas relações económicas.

O acentuado crescimento na procura de mão-de-obra, causado pelo *boom* no sector da construção civil e obras públicas, verificado no final dos anos 90, início do milénio, não foi em larga medida satisfeito pelas fontes de fornecimento tradicionais, imigrantes dos PALOP² e do Brasil, mas sim por novas e

¹ Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, e S. Tomé e Príncipe.

² Países africanos de língua oficial portuguesa.

inesperadas fontes, nomeadamente por imigrantes de países do leste europeu, e particularmente da Ucrânia (Baganha *et al.*, 2002).

Tendo em conta os padrões migratórios dos anos 80 e dos anos 90 esta mudança foi súbita e inesperada. Particularmente imprevisível porque Portugal não adoptou, durante este período, nenhuma política pró-activa de recrutamento de imigrantes do leste europeu, nem tinha quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que se possa atribuir este súbito e, como veremos, intenso movimento de trabalhadores imigrantes desta região para Portugal.

A análise das estatísticas relativas ao início do século XXI permite confirmar o valor residual e, largamente, irregular da imigração proveniente da Europa de Leste no total da população imigrante em Portugal. Assim, em 31 de Dezembro de 2000 o total de imigrantes da Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia com autorização de residência era de 1.066 indivíduos³. Se cruzarmos estas estatísticas com os dados dos últimos censos (note-se que a recolha de dados se realizou em Março de 2001), verificamos discrepâncias significativas em todas as nacionalidades da Europa de Leste, indiciando a presença de uma população a residir ilegalmente no país⁴, e vislumbramos já a base para a formação de um fluxo migratório intenso.

QUADRO 1.1

Imigrantes da Europa de Leste em Portugal, 2000 e 2001: comparação entre fontes

País de origem	Autorizações de residência em 2000 (SEF) (1)	Censo de 2001 (2)	Diferença entre (2) e (1)
Ucrânia	163	10.793	10.630
Moldávia	15	2.984	2.969
Roménia	369	2.661	2.292
Rússia	519	2.089	1.570
Total	1.066	18.527	17.461

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001 e SEF, Estatísticas de Estrangeiros, 2000 (http://www.sef.pt/estatisticas/por_sexo_oo.pdf)

A alteração da legislação aplicável a estrangeiros residentes e, nomeadamente, a criação de um novo enquadramento legal para estrangeiros que trabalhavam em Portugal, as denominadas Autorizações de Permanência (AP), concedidas ao abrigo do D.L. n.º 4/2001 de 10 de Janeiro, vieram possibilitar a regularização de um número considerável de trabalhadores imigrantes e, de acordo com os dados obtidos nas investigações que agora apresentamos, serviram também de “carta de chamada” para algumas dezenas de milhares de novos imigrantes. As autorizações de permanência, permitiram visualizar a emergência em Portugal de comunidades imigrantes anteriormente pouco significativas do ponto de vista quantitativo, assistindo-se a que, pela primeira vez, os imigrantes ucranianos, romenos, moldavos ou russos surgissem no topo das estatísticas da imigração em Portugal. Permitiu, igualmente, tomar consciência de que a imigração em

3 Em 1997, de acordo com o SEF, o total de imigrantes da Europa de Leste com autorizações de residência era de 82 indivíduos. Em 1998 de 1.090 e em 1999 de 1.077 indivíduos.

4 Deve anotar-se que para efeitos censitários o INE considerou como residentes os estrangeiros que estavam no país há mais de um ano na altura do momento censitário (INE, Censos 2001, Resultados Definitivos, Portugal: XXX).

Portugal já não se encontrava confinada às regiões de acolhimento tradicionais, antes se dispersando por todo o território nacional numa mudança com impacto real na forma de integração social dos imigrantes.

QUADRO 1.2

Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. n.º 4/2001 de 10 de Janeiro

Nacionalidade	2001		2002		2003	
	N	%	N	%	N	%
Países Africanos de Expressão Portuguesa	15.624	12,3	6.874	14,4	1.925	21,2
Brasil	23.713	18,7	11.559	24,3	2.648	29,1
Europa de Leste	70.430	55,5	26.475	55,6	4.057	44,6
Moldávia	8.984	7,1	3.066	6,4	582	6,4
Roménia	7.461	5,9	2.992	6,3	473	5,2
Rússia	5.022	4,0	1.807	3,8	218	2,4
Ucrânia	45.233	35,6	16.916	35,5	2.546	28,0
Outros	3.730	2,9	1.694	3,6	238	2,6
China	3.348	2,6	520	1,1	41	0,5
Paquistão	2.851	2,2	-	-	34	0,4
Índia	2.828	2,2	488	1,0	69	0,8
Outros	8.107	6,4	1.770	3,7	323	3,6
TOTAL	126.901	100,0	47.657	100,0	9.097	100,0

Fonte: SEF, *Estatísticas de Estrangeiros, 2001, 2002, 2003* (<http://www.sef.pt/estatisticas.htm/>)

Entre 2001 e 2003, ao abrigo do artigo 55 do referido DL 4/2001, foram concedidas 183.655 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam de forma irregular no país.⁵ Mais de metade destas autorizações de permanência foram concedidas a cidadãos do Leste da Europa (55%) e 35% a trabalhadores imigrantes de um país específico, a Ucrânia. Num só ano, o número de imigrantes a residir legalmente⁶ no país passou de 208.198 em 2000 para 350.503 em 2001, ou seja, registou-se um crescimento no volume da população estrangeira com residência legal de 68%. Em resultado da atribuição destas autorizações de permanência, o *ranking* das principais nacionalidades de imigrantes oriundos de países terceiros sofreu uma profunda alteração, passando os imigrantes provenientes da Ucrânia a constituir o grupo mais numeroso (Baganha, Marques e Góis, 2006: 282 e segs.). Os quadros seguintes exemplificam claramente essa mudança apresentando o *ranking* das 10 principais nacionalidades de imigrantes de países terceiros em dois momentos chave deste fluxo migratório: 1999 e 2002.

5 O artigo 55 do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório contendo a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos sectores de actividade em que as mesmas existem [relatório que veio a ser aprovado em 30 de Novembro de 2001] “e, em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado” e que reúnam diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência.

6 A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001 a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

QUADRO 1.3

Residentes Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 1999

Nacionalidade	Residentes
Cabo Verde	43.797
Brasil	20.887
Angola	17.695
Guiné-Bissau	14.140
EUA	7.975
S. Tomé e Príncipe	4.795
Moçambique	4.503
Venezuela	3.412
China	2.733
Canadá	2.012
Total de Países Terceiros	138.467
Total da UE	52.429
Total de Estrangeiros Residentes	190.896

Fonte: SEF, *Estatística de 1999*.

QUADRO 1.4

Residentes* Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 2002

Nacionalidade	Residentes
Ucrânia	62.041
Cabo Verde	60.368
Brasil	59.950
Angola	32.182
Guiné-Bissau	23.349
Moldávia	12.155
Roménia	10.938
S. Tomé e Príncipe	9.208
China	8.316
EUA	8.083
Total de Países Terceiros	347.302
Total da UE	66.002
Total Residentes Estrangeiros	238.746
Autorizações de Permanência, 2001	126.901
Autorizações de Permanência, 2002	47.657

Fonte: SEF, *Estatísticas 2001 e 2002*

* Nota: inclui detentores de Autorização de Residência e de Autorizações de Permanência para 2001 e 2002

Porque vieram?

A maior perplexidade que nos surge quando analisamos as migrações da Europa de Leste para Portugal tem a ver com o facto destas terem sido extraordinariamente intensas e concentradas num espaço temporal muito curto (2-3 anos, entre o ano 2000 e 2002) não tendo, por isso, existido o espaço temporal necessário ao desenvolvimento e consolidação de redes migratórias. Também não se verificou um recrutamento directo por parte de Portugal, nem tão pouco acordos bilaterais para fornecimento de mão-de-obra entre país de destino e de origem. Isto significa que as estruturas intermediárias entre os locais de origem e o país de destino, usualmente apontadas como facilitadoras e promotoras dos fluxos migratórios laborais se encontravam, a priori, neste caso, ausentes.

De acordo com as teorias migratórias, as referidas estruturas intermédias entre regiões de imigração e regiões de emigração são potencialmente cinco:

- (1) relações entre Estados;
- (2) relações económicas;
- (3) relações de cultura de massa;
- (4) relações pessoais ou familiares;
- (5) actividades de agências.

Estas estruturas dão origem a associações entre países e envolvem vínculos legais e materiais promovendo oportunidades de migração e/ou apoiando o movimento migratório através da provisão de informação, transportes e/ou ajuda financeira. Não é de estranhar que as estruturas intermediárias sejam muito importantes no processo de decisão dos potenciais emigrantes. As teorias migratórias ensinaram-nos que a emigração, e a emigração laboral em particular, pode ser vista como um investimento no qual as pessoas pesam as vantagens e desvantagens da sua própria realidade quotidiana em relação às alternativas potenciais no estrangeiro e quando estas últimas são consideradas mais favoráveis do que as primeiras a emigração tem uma probabilidade acrescida de se concretizar. Por isso, todos os factores que contribuem para a redução das desvantagens associadas à migração (como, por exemplo, a procura de emprego, ou a procura de habitação) exercem um estímulo adicional à mobilidade. Face ao reconhecimento destes factores tem-se atribuído especial atenção à presença prévia de uma comunidade imigrante no país receptor, capaz de estabelecer redes migratórias fortes (Boyd, 1989). Estas comunidades de imigrantes funcionam como uma ponte entre o país de origem e o de destino proporcionando aos potenciais imigrantes informações, apoio financeiro e outro tipo de apoios, como por exemplo alojamento no momento da chegada e ajuda na procura do primeiro emprego. No caso da imigração de leste para Portugal estas condições, incipientes numa primeira fase, foram estruturadas num período de tempo muito curto, comprimindo no tempo de alguns meses um processo que tradicionalmente ocorria ao longo de anos. Alguns exemplos: o “alojamento em família”, em que um conjunto de imigrantes com a mesma origem partilhava a mesma casa, foi uma realidade rapidamente difundida entre os imigrantes de leste que deste modo ultrapassavam o obstáculo das altas rendas de habitação em Portugal. O acolhimento de recém chegados no seio destas “famílias” permitia aos recém chegados inserirem-se rapidamente no mercado de trabalho português através dos contactos prévios dos seus compatriotas. A rede familiar ou de vizinhança activada a partir da origem permitiu igualmente que aos primeiros imigrantes, denominados pioneiros, se sucedessem os familiares mais próximos, os vizinhos, os amigos, numa rede de progressão geométrica mas concentrada num curto espaço de tempo.

Das diferentes categorias de articulação dos sistemas migratórios internacionais apresentados por Goedings (2000) (cf. Quadro 1.5), a que surge como particularmente relevante no fluxo migratório em análise é aquela que se reporta à acção da população imigrante.

QUADRO 1.5

Articulações nos sistemas migratórios internacionais

Categories	Relações
Estado para Estado	1. Relações internacionais: relações comerciais e diplomáticas; Programas de assistência, etc. 2. Passado colonial e laços neo ou quase-coloniais 3. Actuais políticas de imigração e emigração
Relações económicas	1. Internacionalização económica: produção off-shore, multinacionais, etc. 2. Mercados de trabalho complementares
Conexões culturais em massa	1. Produtos de comunicação em massa: jornais, televisão, filmes, etc. 2. Atitudes da população local face à imigração e emigração 3. Similaridade entre culturas e línguas
População Imigrante	1. Círculo de família e amigos 2. Empresas migrantes 3. Estatuto dos emigrantes no exterior enquanto representantes de modelos para os futuros imigrantes
Organismos de actividades migrantes	1. Instituições administrativas 2. Organizações privadas

Fonte: *Goedings, 2000: 13*

No caso das migrações de indivíduos do leste da Europa para Portugal, a maioria destas determinantes encontravam-se pouco desenvolvidas ou estavam mesmo ausentes, o que nos obriga a procurar as suas raízes noutros factores. Se é certo, como já frisado anteriormente, que já residiam em Portugal algumas centenas de imigrantes da Europa de Leste, o seu número não era de molde a estimular um fluxo de dezenas de milhar de indivíduos em poucos meses. Por outro lado, nenhuma das investigações levadas a cabo recentemente e que procuravam estimar fluxos migratórios futuros da Europa central e de leste para a UE 15 tinham em conta a possibilidade de Portugal se tornar um dos mais atractivos destinos migratórios (Fassmann e Münz, 2002). A constatação de que este movimento surge no espaço de poucos meses e tem uma difusão extremamente rápida levou-nos a formular a hipótese de que outros agentes estiveram envolvidos e desempenharam neste processo migratório um papel principal.

Documentos oficiais atribuem este súbito e intenso fluxo migratório do Leste Europeu para Portugal a três causas principais, a saber:

- (i) à falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia;
- (ii) à velocidade e facilidade de movimento dentro do Espaço Schengen;
- (iii) e ao tráfico de seres humanos organizado a partir da Europa de Leste sob o disfarce de denominadas “agências de viagem”.

Apesar de relevantes, estes factores não explicam cabalmente porque é que estas pessoas resolveram deixar o seu país nem, sobretudo, porque é que decidiram vir para Portugal em detrimento de vários outros potenciais destinos. De facto, para responder a estas perguntas outros factores, relacionados, por exemplo, com o país de origem, têm que ser tomados em consideração complexificando a análise deste fluxo migratório.

Recorrendo a um modelo clássico de repulsão/atracção podemos dizer que após o desmantelamento da União Soviética, os países da Europa de Leste entraram num período de transição para uma economia de mercado e para sistemas de governação democráticos que aumentaram consideravelmente a propensão para a emigração.⁷ De acordo com a nossa análise esta situação ocorreu devido a, pelo menos, três distintas e complementares causas. Primeiro, porque se tornou possível emigrar para um número muito substancial de pessoas, isto é, as barreiras legais à mobilidade externa foram sendo progressivamente desmanteladas em todos os países do Leste Europeu (Satzewich 2002: 192). Segundo, porque as diferenças de salários e de níveis de vida entre os países da Europa de Leste e da União Europeia tornaram-se conhecidos do público em geral. Saliente-se a este propósito que 81 por cento dos inquiridos ao nosso inquérito de 2002 indicaram ganhar menos de 100 euros por mês nos seus países de origem, o que é significativamente menos do que qualquer um dos salários mínimos em vigor nos países da União Europeia.⁸ E terceiro, porque se reactivou em algumas regiões uma forte cultura emigratória tradicional. Estamos a pensar, por exemplo, na região Oeste da Ucrânia, que de há séculos tem uma forte cultura migratória e de onde provieram uma parte significativa dos inquiridos ao nosso inquérito.

Estas determinantes explicam, a nível macro, porque é que uma parte da população dos países do Leste Europeu decidiu emigrar. A razão porque alguns decidiram emigrar para Portugal pode, por seu turno, ser atribuída ao seguinte conjunto de factores. Primeiro, à promoção de Portugal feita por “agências de viagens” dos países do Leste Europeu, particularmente da Ucrânia, que ofereciam pacotes atractivos que incluíam viagem, documentos, transporte e a promessa de trabalho no país de destino e que eram acessíveis a um largo segmento da população. Segundo, ao facto de os salários em Portugal serem várias vezes superiores aos praticados nos países de origem. Lembremos, por exemplo, que o salário mínimo médio de servente da construção civil e obras públicas, sector em que como dissemos se insere a grande maioria dos imigrantes recém chegados, era de 458 euros em Janeiro de 2001 e de 474 euros em Janeiro de 2002 (MTSS, 2002), valores que caem sensivelmente no meio do intervalo 360 a 600 euros que 60 por cento dos inquiridos a trabalhar no momento do nosso primeiro inquérito declarou ganhar. E finalmente, o facto de que havia uma regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes, aberta em permanência de Janeiro a Novembro de 2001, que oferecia uma alternativa real a uma eventual estadia ilegal noutro país da União Europeia. A possibilidade de obter um documento de residência legal foi, aliás, indicada por percentagens importantes de inquiridos em ambos os inquéritos (cf. adiante).

De acordo com os resultados do último censo realizado na Ucrânia (Dezembro de 2001) o número de cidadãos ucranianos a trabalhar no estrangeiro era de, aproximadamente, 5 por cento do total da população ucraniana (2.450 milhões de pessoas entre os 49.000 milhões de residentes na Ucrânia). A maior parte destes emigrantes encontram-se na Rússia (mais de um milhão), existindo, igualmente, uma outra parte importante nas outras Repúblicas da ex-União Soviética. Um número significativo de imigrantes encontra-se, ainda, na Polónia, Repúblicas Checa e Eslovaca, Hungria, Roménia, Bulgária e Turquia. Também nos países da Europa Ocidental é possível encontrar cidadãos da Ucrânia, nomeadamente na Itália, Grécia, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Irlanda, França, Holanda, Suécia, Finlândia e em Portugal.

7 Em várias regiões, como por exemplo na Trans-Dniestra na Moldávia e na Abkhazia na Geórgia, os conflitos gerados pelo desmantelamento da União Soviética não foram totalmente ultrapassados, continuando a não haver soluções políticas. A instabilidade existente nestas regiões é igualmente um factor propiciador de emigração (International Labour Office -ILO, 2002).

8 Em 2002, os dois países com o salário mínimo médio por mês mais baixo (salário mínimo anual dividido por 12) foram Portugal (406 euros) e a Grécia (473 euros) (Eurostat, Junho de 2003).

Em 2002, de acordo com os dados oficiais, 60.571 imigrantes ucranianos viviam em Portugal, isto é, 14,9 por cento do total de estrangeiros num universo de 405.580 ou 18 por cento de cidadãos não comunitários a viver em Portugal num universo de 340.187 indivíduos. É, porém, necessário referir que os informadores entrevistados na Ucrânia realçaram que o número real de trabalhadores ucranianos em Portugal deveria ser duas a três vezes superior aos indicados pelos dados oficiais, existindo um número considerável, mas dificilmente determinável com exactidão, de imigrantes da Ucrânia em situação ilegal. A mesma constatação é feita pelo embaixador da Ucrânia em Portugal, o que significa que, na altura da realização do inquérito, estariam em território nacional, aproximadamente, 150 a 200 mil indivíduos, o que corresponderia a mais de 6 por cento do total de ucranianos a trabalhar num país estrangeiro.

Os resultados de entrevistas realizadas indicavam também que a maioria (sensivelmente metade) de ucranianos a trabalhar em Portugal provinha de um número limitado de regiões (*oblasts*) do oeste da Ucrânia (Volyn, Rivne, Lviv, Ternopil, Ivano-Frankiusk, Zakarpattia, Chernivtsi). Tal é particularmente significativo dado que nesta região da Ucrânia residem 9.731.700 habitantes, o que representa 19,8 por cento do total da população ucraniana. Trata-se, portanto, de uma região com uma forte propensão emigratória que pode ser explicada com base em factores históricos. Em primeiro lugar, são regiões que não pertenciam ao império russo (excepto em alguns períodos da história para a região de Volyn e Rivne). Tendo estado incorporadas, durante longos períodos, noutros países europeus (por exemplo, no império austríaco, polaco, etc.), os seus habitantes tenderam sempre a ter mais contactos com o ocidente do que as pessoas que viviam tradicionalmente nas regiões do leste. Uma das formas de contactar com o ocidente encontra-se associada a vários períodos de migração em massa ucraniana para o ocidente em busca de melhores condições de vida para si próprias e seus familiares.

Relativamente a estes períodos de migração em massa podem ser distinguidas quatro principais fases migratórias:

1. Finais do século XIX - princípios do século XX (antes da I Grande Guerra): movimento composto principalmente por famílias camponesas ucranianas da Galícia e Bukovyna que procuram melhores condições de vida e condições agrícolas mais favoráveis no Canadá, Estados Unidos e Argentina;
2. Período entre as duas guerras mundiais (1920-1930): os imigrantes deste período eram, sobretudo, personalidades militares, políticas ou culturais e seus familiares que após a derrota do Estado ucraniano no princípio da década de 20 tentaram evitar a repressão do regime soviético. Os principais destinos desta emigração foram o ocidente europeu e a América do Norte;
3. Período entre o final da IIª Guerra Mundial e o final dos anos 80: o rescaldo da IIª Grande Guerra criou um forte fluxo emigratório com destino à Europa ocidental, composto, maioritariamente, por líderes e participantes do movimento nacionalista clandestino ucraniano, por ucranianos que aspiravam a um estado com novas estruturas militares e políticas, por “trabalhadores do leste” (*ostarbeiter*), por prisioneiros dos campos de concentração nazi, assim como por numerosos ucranianos neutros politicamente mas que manifestavam alguma relutância em viver sob um regime comunista (trata-se no fundo de indivíduos que foram forçados a uma emigração política);
4. Período seguinte à queda da “cortina de ferro” na década de 90: a eliminação das barreiras ao contacto entre o ocidente e o leste abriu as fronteiras ucranianas após um longo período de isolamento territorial e ideológico. Os cidadãos da ex-URSS apressam-se a emigrar para os países do ocidente economicamente desenvolvidos, na procura de condições de vida mais favoráveis. É neste período que ocorre a emigração de milhares de ucranianos para Portugal, especialmente após a adesão de Portugal ao Espaço Schengen (UPCHR, 2003).

Esta última vaga migratória ucraniana encontra-se directamente relacionada com a transição do país para a economia de mercado (Satzewich, 2002: 192). Como refere Satzewich (2002: 192), a ironia nesta nova vaga migratória é que ela ocorre, por parte dos países do Leste, num contexto político caracterizado pelo desaparecimento dos obstáculos à emigração em vigor durante o período da Guerra Fria e pelo

surgimento de restrições à imigração por parte dos países ocidentais. É, portanto, também nas lógicas associadas a esta última vaga migratória que devemos procurar as razões para a escolha de Portugal como destino migratório.⁹

De acordo com a nossa análise, é, pois, a combinação de todos estes factores a nível macro e a nível micro que, a nosso ver, explicam o súbito e intenso movimento migratório da Europa do Leste para Portugal, movimento que ocorreu essencialmente ao longo dos primeiros anos do século XXI. É prematuro tentar prever qual vai ser a evolução futura desta vaga migratória, contudo o que é hoje já um facto consumado é que, mesmo sem um número elevado de novas entradas (que ocorrem actualmente devido ao reagrupamento familiar) e mesmo com um número significativo de partidas, esta súbita e inesperada vaga migratória veio alterar drásticamente e substancialmente a composição da imigração em Portugal e inserir o país no sistema migratório europeu na sua dupla condição de país de origem e de país de recepção de migrantes.

Apresentação dos artigos

O presente volume apresenta-se dividido em duas partes complementares. Uma primeira parte dedicada à apresentação dos resultados de três projectos levados a cabo no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra pela equipa do Núcleo de Estudos de Migrações, dedicados aos imigrantes da Europa de Leste em Portugal e, em especial, à imigração ucraniana - os projectos *Novos Fluxos Migratórios em Portugal; Quando os Extremos se Tocam: Imigrantes da Europa de Leste em Portugal; Imigrantes Altamente Qualificados em Portugal: um estudo prospectivo* - e resume as principais conclusões destas investigações. Uma segunda parte composta por vários artigos de autores portugueses e estrangeiros, que analisam diferentes realidades das migrações ucranianas contemporâneas em Portugal, Itália, Espanha ou na União Europeia. No seu conjunto, estas contribuições revelam a complexidade de um fluxo migratório tão súbito como estruturante das migrações em Portugal na contemporaneidade.

No texto *Quando os extremos se tocam: ucranianos em Portugal*, da autoria de José Carlos Marques e Pedro Góis, pretendem apresentar-se os principais dados resultantes dos dois maiores inquéritos aplicados a imigrantes com origem em países do Leste da Europa realizados até à data, disponibilizando publicamente dados empíricos que de outra forma ficariam ocultos. A caracterização do fluxo migratório ucraniano em dois momentos, 2002 e 2004, através do recurso a metodologias quantitativas é a principal singularidade aqui prosseguida. Como explicação para a existência deste fluxo migratório indica-se a elevada pressão migratória nas regiões de origem do fluxo; a facilidade de movimento no interior do espaço Schengen; a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de alguns países da União Europeia; a industrialização da migração organizada a partir da Europa de Leste, normalmente sob o disfarce de denominadas “agências de viagens”, que procurámos enquadrar numa emergente indústria das migrações. Os dados obtidos revelam uma população distinta da que o estereótipo se encarregou de construir. No essencial trata-se de uma população jovem e em idade activa que podemos dividir, a partir do seu perfil educativo, em dois grupos: por um lado, de qualificados e com elevada instrução e, por outro, de indivíduos de qualificação média. Trata-se de um fluxo migratório que tem por base uma estratégia familiar ainda que, na maior parte das vezes, um dos membros do casal, maioritariamente o homem, migre primeiro. Estes artigos permitem conhecer melhor um

9 De facto, o inquérito de 2002 mostra que a totalidade dos imigrantes inquiridos chegaram a Portugal entre o final dos anos 90 e o início da presente década. Neste caso, é o ciclo pós-soviético que empurra os imigrantes inquiridos a deixar os seus países de origem em virtude do deteriorar das suas condições de vida. Na verdade as histórias de vida destes imigrantes, tal como foram relatadas pelos média, tinham sempre um ponto em comum: as condições de vida no país de origem obrigavam ao sacrifício de emigrar para países distantes. Não raramente, estes relatos dos média, contribuíram para a construção de um estereótipo do imigrante de leste com formação superior (por exemplo, médicos ou engenheiros) que vinha para Portugal trabalhar nas obras ou nas limpezas o que, como veremos, não correspondia necessariamente a toda a verdade.

fluxo migratório no momento em que este se inicia e, em complemento com estudos mais recentes, compreender o que ligou, numa conjuntura muito específica, os dois extremos da Europa.

No texto que abre a segunda parte deste volume *Os ucranianos no concelho de Leiria - Percursos migratórios e integração social*, Maria Paula Oliveira retrata uma realidade nova: o alargamento dos espaços de inserção dos imigrantes de Leste Europeu à totalidade do território português, isto é, para além dos espaços de inserção tradicionais, como eram a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve. Trata-se, no essencial, de um estudo de caso centrado no concelho de Leiria, na região centro de Portugal, baseado na construção e aplicação de um inquérito e que permite uma caracterização da população ucraniana no concelho. De relevar o facto de quer o estudo de Maria Ioannis Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis que apresentamos neste volume, quer o trabalho de Maria Lucinda Fonseca, João Alegria e Alexandra Nunes (2004), também relativo a imigrantes de Leste,¹⁰ mas com referência apenas à região de Évora, apresentarem resultados semelhantes aos que se obtiveram nesta pesquisa, o que confere a estes estudos, no seu conjunto, um grau de fiabilidade elevado.

No seu artigo *Representações e estereótipos face à maioria*, Maria Manuela Mendes inverte o olhar com que, nas sociedades de acolhimento, os imigrantes são tradicionalmente percebidos. Ao colocar-se do outro lado do espelho, a autora vai tentar compreender quais as representações que constroem e que tipo de emoções experienciam os imigrantes russos e ucranianos residentes na Área Metropolitana de Lisboa ao serem confrontados com a sociedade portuguesa. Através da apresentação devidamente enquadrada de um conjunto amplo de extractos de entrevistas, a autora, revela-nos as percepções dos imigrantes ucranianos face a múltiplas dimensões da sociedade portuguesa: dos média, ao mercado de trabalho; da criminalidade ao posicionamento face aos estereótipos que se apercebem que a sociedade portuguesa construiu sobre eles próprios. Com extractos de entrevista pouco editados, ao lermos o texto somos transportados para as próprias conversas e o realismo transparece no ritmo das frases o que é raro acontecer em textos deste tipo.

A partir do estudo do caso ucraniano, Barbara Dietz, no artigo *Migration from Ukraine: A Challenge for the European Union?* procura identificar os novos desafios migratórios que se desenvolvem na fronteira Leste de uma União Europeia alargada. O artigo revela que determinados países são particularmente afectados pela migração laboral ucraniana. Enquanto as elevadas diferenças de rendimento e a ausência de oportunidades de trabalho no país de origem fomentam, em geral, estes movimentos, eles são, adicionalmente, impulsionados por padrões migratórios tradicionais e por redes de relações existentes em países como a Alemanha, Polónia, Hungria e as Repúblicas Checa e Eslovaca. Noutros países membros da UE, tais como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, a procura de trabalhadores pouco qualificados em segmentos específicos do mercado de trabalho, constituiu o principal suporte dos movimentos de trabalhadores ucranianos. O artigo conclui afirmando que embora a UE tenha realizado recentemente alguns esforços para desenvolver regulamentações comuns sobre as migrações, muitas das medidas políticas propostas continuam a ser indeterminadas, particularmente no caso dos movimentos de trabalhadores pouco qualificados.

A partir dos dados de inquéritos realizados a imigrantes em Espanha em 2007, o artigo de Renáta Hosnedlová e Mikolaj Stanek, intitulado *Ukrainian migration to Spain: sociodemographic profile, mobility patterns and migratory projects*, apresenta uma imagem geral da migração ucraniana em Espanha. Com base na descrição das dinâmicas migratórias, das características demográficas, da distribuição geográfica e dos projectos migratórios dos migrantes ucranianos, os autores concluem que a migração ucraniana em Espanha tende a assumir um carácter cada vez mais permanente. Para este prolongamento da permanência de imigrantes ucranianos no país vizinho contribuem as condições do mercado de trabalho espanhol, as dinâmicas familiares do migrante e as políticas migratórias existentes. Trata-se, como demonstrado no artigo, de aspectos frequentemente inter-relacionados e que em conjunto contribuem para moldar os projectos migratórios dos migrantes ucranianos em Espanha.

10 Nesta amostra 195 dos 518 inquiridos têm nacionalidade ucraniana (Fonseca, 2004:104).

Com base numa abordagem de índole etnográfica, Lena Näre constrói o texto *Ukrainian Migration to Italy: Lone Female Breadwinners as 'Skilled' Workers in 'Low'-Skilled Occupations*. Num país, a Itália, que partilha tantas características de novo país de imigração com Portugal, a receptividade foi contudo prioritariamente para as mulheres ucranianas, ao contrário de Portugal onde chegaram maioritariamente homens ucranianos no início deste fluxo migratório. No ano de 2002, por exemplo, cerca de 84% dos imigrantes ucranianos em Itália eram do sexo feminino. Através de um trabalho de campo realizado em Nápoles, assente em entrevistas a trabalhadoras dos serviços pessoais e domésticos, a autora desafia a polarização entre trabalhadores qualificados e não qualificados mostrando que, como as diferentes teorias ao longo do tempo vêm demonstrando, o capital humano dificilmente migra nos corpos que vão buscar trabalho ao estrangeiro. Apesar das longas carreiras em diferentes profissões na Ucrânia, as imigrantes acabam por encontrar trabalho apenas nos sectores dos serviços pessoais e domésticos. A sua experiência profissional ou os diplomas obtidos não são objecto de um reconhecimento no mercado de trabalho italiano. Esta perspectiva de género demonstra igualmente que outras rupturas sociais acontecem sem que sejam imediatamente reconhecidas. No país de origem é gerada uma migração independente de mulheres que se tornam elas próprias independentes, com consequências sociais e sociológicas de médio prazo. No país de destino, por via do reagrupamento familiar, a chegada dos filhos destas imigrantes alterará as dinâmicas escolares e as paisagens humanas, construindo mais uma geração 1.5 ou 2.0, aquela que fará da integração social o grande desafio de acolhimento.

Referências bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis e MARQUES, José Carlos (2001) - Imigração e Política: O caso Português, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2002) - “O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000”, Oficina do CES, n.º 173.
- EUROSTAT (2003) - “Statistics in Focus – Minimum wages in the European Union”, in DGEP, A Economia Portuguesa, Ministério das Finanças.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (2002) - “Die Osterweiterung der EU und ihre Konsequenzen für die Ost-West-Wanderung”, in BADE, Klaus J. e MÜNZ, Rainer (eds.), Migrationsreport 2002. Fakten - Analysen - Perspektiven, Frankfurt.: Campus, pp. 61-98.
- FONSECA, Lucinda, ALEGRIA, João e NUNES, Alexandra (2004) - New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- GOEDINGS, Simone (2000) - “EU Enlargement to the East and Labour Migration to the West Lessons from previous enlargements for the introduction of the free movement of workers for Central and East European Countries”, in IISG Research Papers, n.º 36, International Institute of Social History Amsterdam.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO) (2002) - Transformation and Migration in Central and Eastern Europe. Final Project Report, Genebra, ILO.
- MTSS (2002) - Inquérito aos salários por profissões na Construção Civil e Obras Públicas, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Janeiro de 2002.
- SATZEWICH, Vic (2002) - The Ukrainian Diaspora, Londres, Routledge.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF) (1999) - Residentes Estrangeiros em Portugal – 1980/1998. Que Evolução?, Lisboa, SEF.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF) (1999) - Estatísticas de 1999, Lisboa, SEF (policopiado).
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF) (2000) - Estatísticas de 2000, Lisboa, SEF (policopiado).
- UKRAINIAN PARLIAMENT COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UPCHR) (2003) Special state of observance and protection of the rights of Ukrainian citizens abroad. Report of the Ukrainian parliament commissioner for human rights, Kiev.